

# Braga de Macedo.

## “O ministro das Finanças em Portugal não tem poder. É um atentado à democracia”

O professor alerta para a urgente revisão dos procedimentos orçamentais e acredita que Portugal tem potencial para crescer

BRUNO FARIA LOPES  
bruno.lopes@ionline.pt

Braga de Macedo recebe o *i* no antigo salão de bailes do Palácio Burnay, onde agora funciona o Instituto de Ciência e Investigação Tropical, que o ex-ministro das Finanças de Cavaco Silva lidera. Os tempos são difíceis para a economia portuguesa, mas o professor de Economia da Universidade Nova de Lisboa não se deixa abater: Portugal tem hipóteses de criar mais riqueza, desde que haja coragem para assumir medidas duras e ver mais à frente. O principal problema, sublinha, é institucional: sem um ministro das Finanças forte e que se bata pelo bom uso do dinheiro dos contribuintes, a tendência será continuar a gastar mal.

### A crise grega aumentou os receios dos investidores face à dívida pública portuguesa. Corremos o risco de falir?

Tudo vai depender do que entendemos como resolução da Grécia. Olhando para a história antiga e recente, vemos que estamos no grupo de países periféricos, como Espanha e a Grécia, mas distinguimo-nos de um e de outro de uma forma muito clara: aumentámos o rating (classificação da qualidade da dívida soberana portuguesa) 33 pontos [entre 1979 e 2008] e os outros dois países 19 pontos. Ganhamos mais. Logo, também podemos perder mais. Vai depender de como nos conseguirmos diferenciar. Isto é um aviso à navegação. É possível que a situação grega se resolva bem, mas resolver bem a Grécia não é resolver bem Portugal. Pode acontecer que os investidores fiquem nervosos e queiram ver qual é o próximo. O que aconteceu com as taxas de câmbio nos anos 90, com o subprime nos EUA – em que se discutia se o problema abrangia apenas os devedores mais pobres, mas em que todos acabaram por pagar – vai agora suceder aos estados soberanos. Neste momento, os investidores estão à coca. Assim, não se trata apenas de ser sólido – mas também de parecê-lo.

### A zona euro deixaria cair um dos seus estados-membros em incumprimento, com os riscos que isso traria à economia da moeda única?

Eu digo que o pior para a zona euro é o chamado “chico esperto”. A solidariedade tanto pode ser para resolver o problema grego como para deixar outros resolverem. Há vários tipos de supervisão e de coacção sobre os estados. Nos anos 80 houve a possibilidade de dizer à Gré-

cia: os senhores são europeus e nós gostamos muito, mas casos de urgência extrema nós não trabalhamos – essa especialidade é ali em Washington (Fundo Monetário Internacional).

### Mas se fosse o FMI a ter de acorrer à Grécia, os investidores não fugiriam de imediato da dívida portuguesa, precipitando uma crise em Portugal?

Isso é possível. E vai depender da credibilidade da Grécia. Portugal tem de estar inquieto com o que acontece à Grécia. E tem de tratar das coisas que pode fazer e olhar com cuidado a solução adoptada para a Grécia, que pode passar pelo FMI. O que estou a tentar dizer é que não é necessariamente mau a União Europeia dizer que a Grécia está muito endividada e por isso pedir ajuda ao especialista. Portugal não é uma Grécia, de maneira nenhuma, mas se começar a pensar que as balas não o atingem...

### Pode tornar-se uma Grécia...

“Portugal tem de estar inquieto com o que acontece à Grécia. Se começar a pensar que as balas não o atingem... corre o risco de se tornar uma Grécia”

“É evidente que, qualquer que seja a especialidade profissional do primeiro-ministro, não é Finanças”

“Um ministro das Finanças com poder é uma garantia para o contribuinte”

Há esse risco.

### Temos de resolver os nossos problemas. Na parte orçamental, por onde começar?

Uma falha grave está nos procedimentos orçamentais, que têm a ver com o poder dos vários intervenientes: o governo, e particularmente o ministro das Finanças, o Parlamento e o Tribunal de Contas. Isto é uma área da maior importância – que eu próprio subestimei um bocadinho quando estive no governo –, porque no fundo isto é o poder que o ministro das Finanças tem. Ora há indicações de que, quando comparado com outros ministros das Finanças, o ministro português é o que tem menos poder. Mesmo que tenha ideias e queira fazer política orçamental não consegue.

### Qual é a razão dessa falta de poder?

O ministro português não tem poder. Mandam-no calar. O ministro das Finanças normalmente é considerado o “Senhor Não”. E aqui não é assim porque ninguém liga nenhuma. Portanto, das duas uma: ou o primeiro-ministro também tem perícia financeira – esse era certamente o caso quando eu estive no governo –, ou então não tem, e o poder do ministro das Finanças é mau. Extraordinário é que já ouvi respostas como: “Não, é que já houve aqui uma ditadura, até parece que era de um ministro das Finanças.” É realmente uma confusão histórica monumental. Porque um ministro das Finanças com poder é uma garantia para o contribuinte. Quando o ministro não tem poder cria-se uma situação do género: “Alguém que pague, depois logo se vê.” Mas não há alguém cuja cara seja: “Eu sou aliado dos contribuintes.”

### O ministro acaba por ficar dependente da cobertura política que o primeiro-ministro entender dar-lhe. Foi assim no seu tempo (1991-93), com Cavaco Silva?

Sim, mas no meu tempo o primeiro-ministro tinha sido ministro das Finanças e a área dele era a Economia Pública. O que não se verifica agora.

Penso que é evidente que qualquer que seja a especialidade profissional do actual primeiro-ministro não é Finanças.

### Dê-me então dois exemplos desse poder que o ministro das Finanças em Portugal deveria ter.

Há três fases do processo orçamental, e a primeira é de preparação do documento. Eu, por exemplo, choquei muito os meus colegas de governo porque distribuí o orçamento no conselho de ministros e depois tirei outra vez o mapa (de despesa). Levei-o comigo outra vez. Ora bem, há países em que o tipo que não recolhe o documento vai para a cadeia. Na tradição britânica chamam-lhe “purdah”: o isolamento total do ministro das Finanças na fase de preparação do Orçamento. Se ele atende um telefonema de um ministério gastador não está a exercer a sua função.

### E essa independência não existe em Portugal?

O ministro das Finanças, para poder dizer que não quando prepara o documento, tem de estar acima dos ministérios gastadores. Aqui não é assim. “Ah, mas este homem das Obras Públicas é importantíssimo, é um Duarte Pacheco muito grande.” “Ah, este agora quer fazer a quarta ponte, ou a quinta, ou o sétimo comboio, ou o décimo quinto hospital, a vigésima sétima escola politécnica. Não diga que não.” Depois há o momento em que o documento entra no Parlamento. E então aí – em que passa a estar nas mãos da maioria que o apoia – a questão é qual o papel que o ministro tem em dizer: “Meus amigos, isto foi garantido em Conselho de Ministros.” É o ministro que faz isto ou é o primeiro-ministro com o líder da oposição? E depois há a situação em que o ministro das Finanças apresenta um Orçamento Rectificativo e analisa o que se passou efectivamente: qual é o grau de responsabilização? Se ele só é responsabilizado pelos erros, mas não nas fases prévias, então não tem poder. O FMI em 2004 disse que Portugal é o país que tem o processo orçamental mais fragmentado da União Europeia. Em 2006 houve um novo estudo feito pelo FMI e pela Comissão Europeia, em que chegaram à conclusão que em termos de regras numéricas Portugal tinha melhorado muito ligeiramente em 2002, com a Dama de Ferro, mas que estava numa situação praticamente igual a não haver regras. O ministro das Finanças em Portugal não tem poder. Eu acho que isto é um atentado à democracia.

### Porque quem paga somos nós.

Por isso mesmo. É porque, no fundo, equivale a dizer: “Meus amigos, não se importem que nós vamos fazer coisas, mas depois não perguntem como pagamos porque isso são os outros.” Mas não são os outros!

### Se temos de dar sinais aos investidores internacionais e às agências de rating do tipo de despesa pública que podemos cortar sem arriscar o prolongamento da recessão?

Os trabalhos recentes do FMI ilustram na perfeição o multiplicador das despesas públicas, ou seja, o efeito que a despesa tem na economia. A sua dimensão é muito debatida, mas há uma coisa em que toda a gente está de acordo: quanto mais dívida há, mais pequeno fica o multiplicador. Se Portugal já está com um problema de endividamento (não tão grave como o de outros países, mas já é grave), se a diferença entre receitas e des-

continua na página seguinte >>